

Sumário

1. Introdução	1
2. O Fenômeno Jurídico	7
2.1 Norma e fenômeno jurídico.....	7
2.2 Algumas percepções iniciais sobre a norma jurídica	8
2.3 Considerações sobre os componentes estruturais da norma jurídica e sua relação com o regime das nulidades processuais	12
2.3.1 Interação com o dado jurídico e formação das proposições	12
2.3.2 Normas jurídicas invalidantes.....	18
2.3.3 A justificada dissidência entre sancionistas e não sancionistas..	20
2.4 A regra jurídica pontesiana e a norma jurídica de Lourival Vilanova ...	22
2.5 Normas cogentes e normas dispositivas	27
2.6 Atributos comuns às normas jurídicas	29
2.6.1 Existência, validade e eficácia	29
2.6.2 Existência e validade: planos seccionados ou uma única dimensão?..	32
2.6.3 O afastamento da concepção pontesiana de mundo jurídico	37
3. Introdução ao Domínio dos Fatos Jurídicos	41
3.1 Da teoria geral do direito para a teoria geral do processo.....	41
3.2 Fatos e fatos jurídicos.....	41
3.2.1 Fatos.....	41
3.2.2 Fatos jurídicos	46
3.2.2.1 A classificação de Pontes de Miranda	50

3.2.2.1.1 Fatos jurídicos <i>lato sensu</i>	51
3.2.2.1.2 Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i>	52
3.2.2.1.3 Atos-fatos jurídicos	53
3.2.2.1.4 Atos jurídicos <i>lato sensu</i> : atos jurídicos <i>stricto sensu</i> e negócios jurídicos.....	55
3.2.2.2 A classificação de Calmon de Passos	63
3.2.2.2.1 Fatos naturais e fatos do homem (ou atos jurídicos em sentido amplo)	64
3.2.2.2.2 Atos-fatos jurídicos	66
3.2.2.2.3 Atos jurídicos em sentido estrito, negócios jurídicos e os tipos	67
4. O Ato Processual e o Processo Judicial.....	73
4.1 Suportes fáticos, hipóteses normativas e tipicidade na norma jurídica processual.....	73
4.1.1 Os elementos do suporte fático	74
4.1.2 A configuração da hipótese normativa.....	79
4.2 A incidência	81
4.3 O ato jurídico processual	83
4.4 O processo judicial.....	86
4.4.1 Processo, procedimento e autos	86
4.4.2 O processo como contrato e como quase contrato.....	88
4.4.3 O processo como relação jurídica	92
4.4.3.1 Aspectos gerais	92
4.4.3.2 Os pressupostos processuais: passado e atualidade	94

4.4.4 O processo como situação jurídica	99
4.4.5 O processo como instituição	102
4.4.6 O processo como procedimento em contraditório.....	103
4.4.7 O processo como método argumentativo de resolução das controvérsias	105
4.4.8 A teoria constitucionalista do processo	107
4.4.9 A teoria neoinstitucionalista do processo.....	109
4.4.10 O processo como tipo complexo de formação sucessiva	111
4.4.11 Outras aproximações	115
5. Aspectos Introdutórios à Disciplina das Nulidades no Processo Civil Brasileiro	117
5.1 Processualidade, componentes e elementos do ato processual. Perfeição e imperfeição dos atos	117
5.1.1 Retomada da definição dos critérios para a aferição da processualidade do ato jurídico	117
5.1.2 Componentes e elementos do ato processual.....	118
5.1.3 Perfeição e imperfeições do ato processual	122
5.1.3.1 Noções gerais	122
5.1.3.2 Vícios essenciais e não essenciais.....	123
5.1.3.3 O esquema de gradação dos vícios.....	125
5.1.3.4 Vícios de forma e vícios de fundo	126
5.1.3.5 Vícios preclusivos, rescisórios e transrescisórios.....	128
5.1.3.6 Tipicidade ou atipicidade dos atos processuais.....	129
5.1.3.7 Vícios sanáveis e vícios insanáveis	134

5.1.4 A questão dos negócios jurídicos processuais: a expansão de um regime de invalidades? Processualidade e controle da validade dos negócios jurídicos processuais	135
5.2 Invalidades processuais	142
5.3 A inexistência jurídica processual em contraste com a (in) validade processual.....	154
6. As Nulidades no Novo Processo Civil Brasileiro, Primeira Parte: Configuração e Definição	159
6.1 As nulidades e o processo contemporâneo.....	159
6.1.1 Algumas percepções sobre o modelo atual de processo.....	159
6.1.2 A feição contemporânea das nulidades	165
6.1.2.1 Alinhamento ao modelo constitucional de processo.....	165
6.1.2.2 Tipicidade constitucional e tipicidade processual.....	169
6.2 A nulidade no código de processo civil de 2015.....	175
6.2.1 Configuração (amplitude semântica do tema)	175
6.2.2 Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 1973	176
6.2.3 Tratamento terminológico no Código de Processo Civil de 2015.....	178
6.2.4 A nulidade processual como sanção: entre o Código, a ciência processual e a Teoria Geral do Direito	181
6.2.5 Classificação adotada e direcionamento constitucional da sanção de nulidade.....	191
6.3 Anotações preliminares ao atual regime normativo das nulidades ..	194
6.3.1 Regras e princípios	194
6.3.2 Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados: outras espécies normativas?.....	198

7. As Nulidades no Novo Processo Civil Brasileiro, Segunda Parte: Princiologia e Regramento 203

7.1 Princípios e regras regentes das nulidades no contemporâneo processo civil brasileiro	203
7.1.1 O princípio do devido processo legal: sentido na teoria das nulidades processuais	203
7.1.2 O princípio da validade apriorística dos atos processuais: a primeira barreira	205
7.1.3 O princípio da instrumentalidade das formas: salvaguarda da efetividade	208
7.1.3.1 A finalidade.....	211
7.1.3.2 O prejuízo	215
7.1.4 O princípio do contraditório: participação real e segurança.....	218
7.1.5 O princípio da boa-fé: diretrizes para a atuação dos sujeitos do processo.....	221
7.1.5.1 Generalidades.....	221
7.1.5.2 Repressão às nulidades de algibeira	224
7.1.6 O Princípio da Cooperação: o aperfeiçoamento de uma comunidade de trabalho processual.....	227
7.1.6.1 Aspectos gerais.....	227
7.1.6.2 A gestão compartilhada da validade do processo.....	231
7.1.7 A regra do interesse: possibilidade de insurgência.....	234
7.1.8 A regra da contaminação (causalidade): a restauração do procedimento.....	236
7.1.9 O princípio da primazia da resolução do mérito: reforço à função primordial do processo.....	239

8. As Nulidades no Novo Processo Civil Brasileiro, Terceira Parte: o Juízo de Invalidação e Outras Questões.....	245
8.1 O juízo de invalidação	245
8.1.1 Primeiras considerações	245
8.1.2 Propostas acerca do juízo de invalidação.....	247
8.1.3 Questões prévias à invalidação	249
8.1.4 O juízo de invalidação.....	254
8.1.4.1 Para atos jurídicos processuais <i>stricto sensu</i>	254
8.1.4.2 Para negócios jurídicos processuais	256
8.1.5 Insurgência contra a decisão exarada no juízo de invalidação .	258
9. Conclusões	263
10. Referências	265
Posfácio.....	275